COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.550-B, DE 1998

Altera o art. 389 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado JAIME MARTINS

I - RELATÓRIO

O projeto de lei, de autoria da Senadora Benedita da Silva, altera o art. 389 da CLT com o objetivo de determinar que os estabelecimentos em que trabalham pelos menos 30 empregados com mais de 16 anos de idade tenham local apropriado onde permaneçam seus filhos durante o período de amamentação até os 6 anos de idade, sendo garantida a manutenção de assistência técnica e educacional.

O local destinado às crianças poderá ser oferecido, diretamente ou mediante convênios mantidos pelas próprias empresas, com outras entidades públicas ou privadas, em regime comunitário ou a cargo de instituições similares ao SESI, ao SESC ou às entidades sindicais.

Determina ainda o projeto que as microempresas e as empresas com menos de 30 trabalhadores estarão excluídas da referida obrigatoriedade.

Na reunião do dia 8 de dezembro de 1999, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), aprovou, com substitutivo, o projeto, nos termos do parecer do Relator, Deputado Paulo Paim.

No dia 10 de abril de 2001, foi deferido o Requerimento do Deputado Inaldo Leitão para a revisão do despacho inicial dado ao projeto, a fim de que fosse incluída a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) antes do nome da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Na reunião ordinária do dia 22 de agosto de 2001, a Comissão de Finanças e Tributação concluiu, unanimemente, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do substitutivo adotado pela CTASP e pela implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do projeto original, nos termos do parecer do Relator, Deputado João Eduardo Dado.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 4.550, de 1998, oriundo do Senado Federal, altera os atuais §§ 1º e 2º do art. 389 da CLT, a fim ampliar o benefício da assistência prestada pelas empresas aos filhos das trabalhadoras no período da amamentação. Para isso, a Senadora Benedita da Silva propõe que também aos trabalhadores do sexo masculino seja estendido esse direito, na medida em que, a partir da aprovação do projeto, serão, também, atendidas em creches as crianças de até 6 anos de idade, sendo-lhes garantida ainda assistência técnica e educacional.

Na CTASP, comissão desta Casa encarregada de analisar o mérito da matéria, o projeto sofreu algumas alterações. Foi suprimido um dos requisitos para que a empresa fosse obrigada conceder o benefício aos filhos de seus empregados, qual seja, que eles fossem maiores de 16 anos de idade. Reduziu-se a idade de 6 anos para 4 anos da clientela atendida nas creches. Finalmente, foi dada nova redação ao § 3º do art. 389 da CLT, a fim de determinar que as despesas com a assistência às crianças serão deduzidas das contribuições sociais sobre o lucro e o faturamento devidas pelo estabelecimento, em substituição à redação do projeto original que isentava dessa obrigatoriedade as microempresas e as empresas com menos de 30 empregados.

Com relação à matéria objeto do projeto original, bem como relativamente às alterações apresentadas no substitutivo da CTASP, estão obedecidas as normas constitucionais cujo exame cabe a esta comissão:

- competência legislativa da União (art. 22, inciso I);
- atribuição do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (art. 48); e
- legitimidade da iniciativa concorrente (art. 61, *caput*).

A técnica legislativa tanto do projeto original quanto do substitutivo aprovado na CTASP não merece reparos.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.550-B, de 1998, e do substitutivo aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado JAIME MARTINS
Relator